



Julio 2019 - ISSN: 1989-4155

ANÁLISE DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS SELECIONADOS A PARTIR DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

ANÁLISIS DE MUNICIPIOS BRASILEÑOS SELECCIONADOS A PARTIR DE LA DIMENSIÓN EDUCACIÓN DEL ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO

Kellen Rocha de Souza

Professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). E-mail: kellen.souza@unifal-mg.edu.br

Rodolfo Fernandes Esteves

Doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Araraquara – FCLAr. E-mail: luz_das_nacoes@hotmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Kellen Rocha de Souza y Rodolfo Fernandes Esteves (2019): “Análise de municípios brasileiros selecionados a partir da dimensão educação do índice de desenvolvimento humano”, Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (julio 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/07/analise-municipios-brasil.html>

Resumo

Dada a impossibilidade de descrever a realidade de um município ou país a partir de um único índice, a análise dele, conjuntamente com a de outras variáveis, pode ajudar na definição de políticas públicas sociais e educacionais. Assim, a presente pesquisa objetiva, primeiramente, comparar o Brasil com alguns países do mundo no que se referem ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), IDH na dimensão educação e a outras variáveis na área da educação e também analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) educação nos municípios brasileiros, identificando as cidades com os maiores e menores índices do país, bem como apresentando as características destas. Para tanto, serão analisados os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Mesmo sendo classificado como um país de elevado desenvolvimento humano, dentre os municípios brasileiros, no entanto, muitas são as desigualdades verificadas, tais como no que se referem à taxa de analfabetismo, frequência escolar, percentual de alunos sem atraso idade-série e proporção de crianças extremamente pobres.

Palavras chave: IDH, IDHM, dimensão educação e desenvolvimento econômico.

Resumen

Dada la imposibilidad de describir la realidad de un municipio o país a partir de un único índice, el análisis de él, junto con la de otras variables, puede ayudar en la definición de políticas públicas sociales y educativas. Así, la presente investigación objetiva, primero, comparar a

Brasil con algunos países del mundo en lo que se refiere al Índice de Desarrollo Humano (IDH), IDH en la dimensión educativa y otras variables en el área de la educación y también analizar la evolución del Índice de Desarrollo Humano Desarrollo Humano Municipal (IDH) educación en los municipios brasileños, identificando las ciudades con los mayores y menores índices del país, así como presentando las características de éstas. Para ello, se analizarán los datos del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Aunque se clasifica como un país de alto desarrollo humano, entre los municipios brasileños, sin embargo, muchas son las desigualdades verificadas, tales como en lo que se refiere a la tasa de analfabetismo, frecuencia escolar, porcentaje de alumnos sin retraso edad-serie y proporción de alumnos Niños extremadamente pobres.

Palabras clave: IDH, IDHM, dimensión de la educación y el desarrollo económico.

Introdução e objetivos

Ainda que por muito tempo os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico tenham sido utilizados como sinônimos, é importante ressaltar que enquanto o primeiro se refere à elevação do produto agregado de um país, ou seja, tudo o que foi produzido de bens e serviços numa dada região, o segundo envolve a elevação da qualidade de vida da sociedade, bem como a redução das disparidades econômicas e sociais entre os seus membros (PAULANI e BRAGA, 2012). Tal como muito bem sintetizado por Furtado (2004, p.484), o crescimento econômico se metamorfoseia em desenvolvimento “quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população”.

Para a análise do desempenho econômico de um país o Produto Interno Bruto (PIB), ou ainda, o PIB per capita, é um bom indicador, sendo este, no entanto, insuficiente para a verificação do desenvolvimento econômico já que, por exemplo, não leva em consideração a distribuição da renda e nem mesmo a oferta de bens públicos, como educação e saúde, à população. Buscando encontrar uma medida melhor do que a renda per capita, até então comumente usada para a verificação do desenvolvimento atingido pelos países, foi criado, na década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ainda que o IDH permita uma comparação mundial entre os países no que se refere ao nível de desenvolvimento atingido, em países de grande dimensão territorial e com grandes desigualdades regionais e sociais, um único índice representando o país pode esconder a realidade vivida em cada região, ou município, o que parece ser o caso do Brasil. No que se refere à renda, por exemplo, o Brasil está entre os países com as piores distribuições de renda, apesar de gerar um dos maiores PIB do mundo.

Assim, diante da hipótese de que há uma desigualdade muito grande entre os municípios brasileiros a presente pesquisa objetiva, primeiramente, comparar o Brasil com alguns países do mundo no que se referem ao IDH, IDH na dimensão educação e a outras variáveis relacionadas a área da educação de forma a identificá-lo no cenário internacional. A nível municipal analisar-se-a a evolução do IDH educação nos municípios brasileiros, identificando as cidades com os maiores e menores índices do país no ano de 2000, último ano no qual há dados disponíveis, e apresentando outras variáveis que podem ajudar na verificação das desigualdades existentes entre os municípios brasileiros e no direcionamento de políticas públicas.

Além desta introdução, a presente pesquisa está dividida em mais três seções. Na primeira delas são apresentados o conceito do IDH, sua forma de cálculo e as dimensões que o

compõem, bem como é feita breve comparação do Brasil perante o mundo no que se refere ao IDH e à outras variáveis referentes à educação. Na seção dois são apresentados e discutidos os resultados do IDH dos municípios brasileiros no ano 2010 e outras variáveis, como a taxa de analfabetismo. Por fim, na terceira seção são apresentadas as considerações finais.

1. O IDH, seus componentes e o Brasil

Criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o IDH foi apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Idealizado como uma medida sintética do grau de desenvolvimento de um país, o IDH ainda que não seja capaz de retratar a situação social em todas as suas dimensões, é uma unidade de medida melhor do que a até então usada universalmente, a saber, o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita.

O IDH é calculado considerando três dimensões ou requisitos considerados importantes para a expansão das liberdades individuais, a saber, gozar de uma vida longa e saudável (longevidade), ter acesso ao conhecimento (educação) e desfrutar de uma padrão de vida digno (renda). O IDH é calculado pela média geométrica das três dimensões supracitadas¹, com pesos iguais, e varia de 0 a 1 sendo que quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é considerado o país. As variáveis utilizadas em cada uma das dimensões estão presentes na Tabela 1.

Tabela 1 - Variáveis utilizadas no cálculo do IDH em cada uma de suas dimensões

IDH	Dimensões			
	Longevidade	Educação		Renda
		População adulta	População jovem	
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25 anos ou mais	Anos esperados de estudos	Renda média nacional per capita (US\$ ppp2005)
IDHM Brasil 2013	Esperança de vida ao nascer	% de pessoas de 18 anos ou mais com fundamental completo (peso 1)	% 5-6 anos na escola % 11-13 anos nos anos finais do fundamental % 15-17 anos com fundamental completo % 18-20 anos com médio completo (peso 2)	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2016).

Para melhor descrever a realidade de cada país, o PNUD têm incentivado os países a adaptarem a metodologia de cálculo do IDH a níveis nacionais, sendo que em alguns deles novas dimensões foram incluídas na mensuração, tais como liberdade política, meio ambiente, segurança e trabalho. No Brasil a metodologia adotada para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apesar de considerar as mesmas dimensões adotadas pelo PNUD, utiliza variáveis diferentes na mensuração da dimensão educação, tal como mostrado na Tabela 1 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

¹ O IDH é calculado da seguinte forma:
$$\sqrt[3]{(IDH_{longevidade} \times IDH_{educação} \times IDH_{renda})}$$

É importante ressaltar que o IDH possui suas limitações visto que, por exemplo, não é capaz de abranger todos os aspectos do desenvolvimento e muito menos mensurar o nível de “felicidade” das pessoas e demonstrar o “melhor país do mundo para se viver”. Ademais, por se tratar de um valor médio o IDH não é capaz de captar situações extremas. Um exemplo para descrever a limitação da média como variável de análise é quando uma pessoa está com sua cabeça num forno e com seus pés em um congelador. Na na média o seu corpo está numa temperatura ideal, sendo que na realidade sua saúde está em perigo.

A despeito de suas limitações, o IDH permite a comparação das condições de vida dos distintos países do mundo, sendo também utilizado tanto na elaboração quanto na orientação de programas e políticas sociais (LOUETTE, 2007).

Comparativamente a um grupo de 188 países, o Brasil ocupou em 2015 o 79º lugar no ranking dos maiores IDH (UNDP, 2016), o que permite que seja classificado como um país de elevado desenvolvimento humano. No topo desta lista estão Noruega, Austrália, Suíça, Alemanha e Dinamarca, conforme Tabela 2. Apesar da classificação como país de desenvolvimento humano elevado outros países latino-americanos apresentaram valores superiores ao do Brasil, a saber, Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela.

Considerando somente a dimensão educação do IDH o Brasil ocupou, em 2015, a 87ª posição, ou seja, uma posição sete pontos inferior à classificação do IDH e também inferior à posição dos seguintes países: Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela. De todos os países latino-americanos apresentados na Tabela 2 apenas três deles, a saber, Argentina, Cuba e Bolívia, ganham posição quando a classificação mundial é feita via IDH educação e não IDH.

Em 1990, enquanto o Brasil apresentava IDH na dimensão educação de 0,463, valor inferior ao observado no Peru e no Equador, outros países latino-americanos, como Chile, Argentina e Uruguai, apresentavam valores superiores à 0,597. A Venezuela apesar de possuir, em 1990, IDH educação de 0,444, pouco inferior, portanto, ao brasileiro, desde 2005 vem apresentando resultados melhores do que o do Brasil.

No que se referem às outras variáveis sobre educação presentes na Tabela 2, ainda que o Brasil apresente expectativa de anos de escolaridade e gastos governamentais em educação como proporção do PIB superiores ao da média mundial e da América Latina e Caribe, a média de anos de escolaridade foi de 7,8 anos em 2015, inferior, portanto às médias mundial e da América Latina e Caribe, a saber, de 8,3 anos.



Julio 2019 - ISSN: 1989-4155

Tabela 2 – IDH, IDH educação e outras variáveis na área de educação em países selecionados nos anos de 2014 e 2015

Posição (IDH)	País	IDH	IDH educação	Posição (IDH educação)	Expectativa de anos de escolaridade (anos)			Média de anos de escolaridade (anos)			Gastos governamentais em educação (% PIB) - 2014
					Geral	Mulher	Homem	Geral	Mulher	Homem	
Países de muito elevado desenvolvimento humano											
1º	Noruega	0,949	0,916	4º	17,7	18,3	17,1	12,7	12,8	12,7	7,4
2º	Austrália	0,939	0,939	1º	20,4	20,9	20,0	13,2	13,4	13,0	5,3
3º	Suíça	0,939	0,891	11º	16,0	16,0	16,1	13,4	13,3	13,5	5,1
4º	Alemanha	0,926	0,914	5º	17,1	16,9	17,3	13,2	12,9	13,6	4,9
5º	Dinamarca	0,925	0,923	2º	19,2	20,0	18,4	12,7	12,6	12,9	8,5
27º	Espanha	0,884	0,818	33º	17,7	18,0	17,4	9,8	9,6	10,0	4,3
38º	Chile	0,847	0,784	45º	16,3	16,6	16,1	9,9	9,8	10,0	4,6
45º	Argentina	0,827	0,808	37º	17,3	18,4	16,1	9,9	9,7	10,0	5,3
Países de elevado desenvolvimento humano											
54º	Uruguai	0,795	0,717	68º	15,5	16,6	14,4	8,6	8,8	8,3	4,4
68º	Cuba	0,775	0,779	48º	13,9	14,4	13,5	11,8	11,5	12,0	12,8
71º	Venezuela	0,767	0,710	73º	14,3	15,4	13,2	9,4	9,7	9,0	-
79º	Brasil	0,754	0,681	87º	15,2	15,7	14,7	7,8	8,1	7,5	5,9
87º	Peru	0,740	0,672	91º	13,4	13,5	13,2	9,0	8,4	9,5	3,7
89º	Equador	0,739	0,665	93º	14,0	14,4	13,9	8,3	8,2	8,4	4,2
95º	Colômbia	0,727	0,630	109º	13,6	14,5	13,3	7,6	7,6	7,5	4,7
Países de médio desenvolvimento humano											
110º	Paraguai	0,693	0,613	118º	12,3	12,6	12,0	8,1	8,1	8,2	5,0
118º	Bolívia	0,674	0,656	100º	13,8	13,5	14,1	8,2	7,6	8,8	7,3
Países de baixo desenvolvimento humano											
186º	Chade	0,396	0,280	185º	7,3	5,8	8,4	2,3	1,2	3,4	2,9
187º	Niger	0,353	0,206	188º	5,4	4,7	5,9	1,7	1,1	2,3	6,8
188º	República	0,352	0,338	178º	7,1	5,8	8,4	4,2	2,8	5,7	1,2

	Centro Africana										
Média	América Latina e Caribe	0,751	-	-	14,1	14,7	13,8	8,3	8,3	8,3	5,4
	Mundial	0,717	-	-	12,3	12,4	12,3	8,3	7,7	8,8	5,0

Fonte: Elaboração própria a partir de UNDP (2016).



Julio 2019 - ISSN: 1989-4155

Quanto aos gastos governamentais em educação, do grupo de 188 países analisados no relatório do PNUD (UNDP, 2016), 33 deles apresentaram gastos como percentagem do PIB, em 2015, iguais ou superiores ao do Brasil, sendo que os países com os maiores gastos foram Cuba, Ilhas Salomão, Suazilândia, Dinamarca e Namíbia, com respectivamente, 12,8%, 10%, 8,6%, 8,5% e 8,3%. A análise destes dados, no entanto, tem que ser vista com muita cautela mesmo porque países com um baixo nível educacional, por exemplo, requererão, obviamente, maiores gastos iniciais para melhorar seus indicadores educacionais do que países que já alcançaram uma qualidade muito superior.

Ademais, é importante ressaltar que os gastos em educação feitos no momento presente somente terão efeito sobre as variáveis educacionais alguns anos adiante. Estas considerações parecem retratar o caso de Níger, país com segundo pior IDH mundial em 2015 e que apesar de ter apresentado gastos em educação de 6,8 % do PIB, possuía um IDH educação de apenas 0,206, o pior do mundo, e uma média de anos de escolaridade de somente 1,7 anos. O que nos permite inferir que é possível não existir relação direta entre os gastos presentes em educação e os indicadores selecionados, mesmo porque estes gastos podem estar relacionados à estrutura física educacional (construção de prédios, aquisição de mobiliário, entre outros), o que pode não melhorar prontamente os indicadores.

No que diz respeito aos indicadores mensurados separadamente por gênero é possível observar, salvo algumas exceções principalmente de países de baixo nível de desenvolvimento humano, uma expectativa de anos de escolaridade das mulheres superior à dos homens. Quanto à média de anos de escolaridade, em países como Noruega, Austrália, Uruguai, Venezuela, Brasil e Colômbia, esta média também foi superior para as mulheres.

No cenário mundial, portanto, observa-se de maneira geral que o Brasil apresenta resultados superiores ao da média mundial e da América Latina e Caribe, ainda que esteja atrás de muitos países da América Latina em algumas variáveis. Assim, pela classificação do PNUD o Brasil é conceituado como um país de desenvolvimento humano elevado, o que considerando as dimensões territoriais brasileiras, no entanto, pode não retratar tão bem a realidade das suas regiões e municípios. Portanto, faz-se necessário analisar como se reflete este desenvolvimento humano nos municípios brasileiros ou, dito de outra forma, como este desenvolvimento se distribui no país.

2. Resultados do IDHM e de outras variáveis

Desde 1999 o Brasil tem apresentado melhores resultados em distintos indicadores sociais, tal como demonstrado na Tabela 3. O IDH do país se elevou de 0,493, em 1991, para 0,612 e 0,727, em 2000 e 2010, respectivamente. No que se refere à dimensão educação, o IDH passou de apenas 0,279, em 1991, para 0,456 e 0,637, em 2000 e 2010, respectivamente, o que é explicado pela elevação tanto da escolaridade da população adulta quanto da frequência escolar da população jovem, subíndices que compõem o IDH educação (Tabela 3).

No tocante ao gênero, conforme Tabela 3, como as mulheres vem obtendo um nível de escolaridade superior ao dos homens e tem uma esperança de vida também superior à deles, o IDHM das dimensões longevidade e educação são maiores para elas do que para eles.

Quando se trata da dimensão renda, no entanto, ainda que a diferença do IDHM renda entre os gêneros não seja tão grande, denota a desigualdade ainda existente no país, perceptível pela menor renda mensal per capita recebida por elas.

Tabela 3 - Índices e indicadores brasileiros nos anos de 1991, 2000 e 2010, por gênero e etnia

Dimensão	Índices e indicadores	1991	2000	2010	
	IDHM	Geral	0,493	0,612	0,727
		Homem	-	0,581	0,696
		Mulher	-	0,638	0,756
		Branco	-	0,675	0,777
		Negro	-	0,531	0,679
Longevidade	IDHM Longevidade	Geral	0,662	0,727	0,816
		Homem		0,662	0,746
		Mulher		0,779	0,872
		Branco	-	0,769	0,838
		Negro	-	0,694	0,803
	Esperança de vida ao nascer (anos)	Geral	64,7	68,6	73,9
		Homem	-	64,74	69,77
		Mulher	-	71,73	77,31
		Branco	-	71,15	75,26
Educação	IDHM Educação	Geral	0,279	0,456	0,637
		Homem	-	0,429	0,612
		Mulher	-	0,483	0,671
		Branco	-	0,540	0,708
		Negro	-	0,361	0,584
	Subíndice: escolaridade da população adulta ¹	Geral	0,301	0,398	0,549
		Homem	-	0,383	0,53
		Mulher	-	0,411	0,567
		Branco	-	0,473	0,621
	Subíndice: frequência escolar da população jovem ²	Geral	0,268	0,488	0,686
		Homem	-	0,454	0,657
		Mulher	-	0,523	0,73
		Branco	-	0,577	0,756
		Negro	-	0,394	0,646
Renda	IDHM Renda	Geral	0,647	0,692	0,739
		Homem	-	0,692	0,74
		Mulher	-	0,691	0,737
		Branco	-	0,741	0,791
		Negro	-	0,596	0,667
	Renda mensal per capita média (R\$)	Geral	447,56	592,46	793,87
		Homem	-	593,45	801,88
		Mulher	-	590,66	786,21
		Branco	-	806,36	1.097,00
		Negro	-	327,29	508,89
Desigualdade de gênero	IDHM Renda Ajustado ³	Homem	-	0,77	0,814
		Mulher	-	0,563	0,637
	IDHM Ajustado ⁴	Homem		0,602	0,719
		Mulher		0,596	0,72

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2017).

Notas: ¹ Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo.

² Representa a frequência de crianças e jovens à escola em séries adequadas à sua idade. É obtido pela média aritmética simples de 4 indicadores: % de 5 a 6 anos na escola; % de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo; % de 15 a 17 anos com fundamental completo; e % de 18 a 20 anos com médio completo.

³ IDHM Renda Ajustado pela desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

⁴ IDHM Ajustado pela desigualdade de renda do trabalho de homens e mulheres.

Quando o IDHM renda leva em consideração esta desigualdade entre os gêneros no mercado de trabalho, a diferença entre os índices fica muito maior, tal como demonstrado pela Tabela 3. Assim, nota-se que apesar de possuírem, em média, um nível de escolaridade superior ao dos homens, as mulheres ainda recebem uma renda mensal per capita menor do que a deles, o que limita o crescimento do IDHM para elas.

Assim, apesar de o IDHM ser maior para as mulheres do que para os homens, quando se ajusta este índice à desigualdade existente no mercado de trabalho, o IDHM para as mulheres foi menor do que para os homens em 2000 mas maior, apesar de por pouca diferença, em 2010.

Ao se analisar os índices e indicadores por etnia também se pode observar desigualdade, visto que em todas as variáveis presentes na Tabela 3, quando se trata do negro os valores são sempre inferiores aos do branco, principalmente no que se refere às dimensões renda e educação. A renda mensal per capita média do negro, por exemplo, era 2,46 vezes menor do que a do branco em 2000, passando para 2,15 vezes menor em 2010, ou seja, uma modesta alteração incapaz de mudar a realidade do país no que se refere à desigualdade.

Nos índices e subíndices da dimensão educação, o crescimento das variáveis, de 2000 para 2010, foi maior para o negro do que para o branco, reduzindo assim a diferença entre eles. A despeito disto o negro ainda apresenta resultados bem inferiores se comparado ao branco, sendo que no caso do IDHM educação, no ano de 2010, enquanto que para o branco o valor foi de 0,708, para o negro foi de apenas 0,584.

Por fim, ainda que o IDHM brasileiro tenha se elevado (Tabela 3), sua evolução, no entanto, não foi capaz de eliminar as desigualdades de gênero e etnia. Esta evolução também não foi igual em todas as regiões e municípios brasileiros, conforme se pode observar na Figura 1. Em 2010, por exemplo, nenhum município das regiões Norte e Nordeste foi classificado com IDHM muito alto (acima de 0,8), sendo que as regiões Sul e Sudeste registraram o maior número de municípios classificados como de alto e muito alto desenvolvimento humano. Ademais, em 2010, nenhum município das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentou IDHM muito baixo.



Figura 1 - IDHM nos anos de 1999, 2000 e 2010 no Brasil

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

Acompanhando a evolução do IDHM, o IDHM em sua dimensão educação também apresentou significativa melhora no Brasil desde 1999, o que fica claramente visível na Figura 2. Apesar disso, no entanto, sua evolução também foi bastante desigual sendo que em 2010 ainda havia uma predominância de municípios com IDHM educação muito baixo (inferior a 0,499) nas regiões Norte e Nordeste do país.

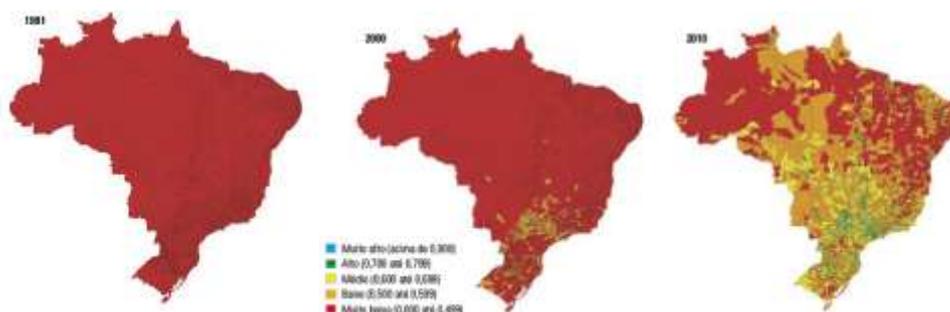


Figura 2 - IDHM Educação nos anos de 1999, 2000 e 2010 no Brasil

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

De acordo com PNUD, IPEA e FJP (2013), de um total de 5.565 municípios, somente 22,4% deles apresentou, em 2010, IDHM educação superior ao da média nacional, a saber, 0,637. Dividindo a distribuição do IDHM educação dos municípios em cinco classificações ou quintos, observa-se, segundo dados do PNUD, IPEA e FJP (2013), que nas regiões Norte e Nordeste, 41,6% e 44%, respectivamente, dos municípios apresentaram em 2010, IDHM educação classificado na pior faixa (ou quinto) do país, o que claramente denota a disparidade do desenvolvimento obtido pelo país na dimensão educação. Na Tabela 4 são apresentados os dez municípios com os maiores e menores IDHM educação do país, em 2010, bem como algumas de suas características.



Julio 2019 - ISSN: 1989-4155

Tabela 4 - Municípios brasileiros com os melhores e piores IDHM educação e demais variáveis no ano de 2010

Município / Estado	IDHM educação	% da população sem atraso idade-série		Expectativa de anos de escolaridade	Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais	% de crianças extremamente pobres	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	% de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola
		de 6 a 14 anos no ensino fundamental	de 15 a 17 anos no ensino médio					
Municípios com os maiores IDHM educação (em ordem decrescente)								
Águas de São Pedro (SP)	0,825	74,51	70,47	10,83	1,48	0,00	14,42	1,57
São Caetano do Sul (SP)	0,811	80,47	74,44	11,04	1,59	0,25	6,83	2,59
Santos (SP)	0,807	79,21	81,58	10,84	2,29	1,55	11,14	1,78
Vitória (ES)	0,805	73,12	74,88	10,04	3,10	1,39	12,47	2,39
Florianópolis (SC)	0,800	77,70	76,12	10,79	2,14	0,55	12,20	1,63
Balneário Camboriú (SC)	0,789	77,62	83,45	10,47	1,55	0,37	14,42	1,66
Araraquara (SP)	0,782	80,01	80,34	10,85	3,77	1,15	11,71	1,29
Ilha Solteira (SP)	0,782	82,43	66,74	12,13	4,50	1,59	8,88	0,74
Assis (SP)	0,781	77,04	82,43	10,41	4,30	0,86	9,87	1,07
Cruzália (SP)	0,778	93,83	94,84	11,28	8,13	2,35	18,12	2,07
Municípios com os menores IDHM educação (em ordem decrescente)								
Portel (PA)	0,286	32,74	45,50	6,19	32,68	48,47	76,22	10,32
Fernando Falcão (MA)	0,286	27,23	63,19	5,75	41,64	61,27	69,24	8,72
Jordão (AC)	0,283	43,63	38,07	5,73	29,87	54,99	70,71	28,74
Bagre (PA)	0,280	33,16	53,61	5,57	26,08	35,54	70,41	17,32
Jacareacanga (PA)	0,279	29,15	26,07	5,91	29,01	51,22	55,58	9,86
Uiramutã (RR)	0,276	37,19	59,76	4,73	31,63	72,43	67,22	39,79

Itamarati (AM)	0,266	37,92	82,63	5,84	40,71	62,72	79,41	18,99
Atalaia do Norte (AM)	0,259	38,37	38,72	4,63	37,39	49,95	67,89	34,47
Chaves (PA)	0,234	27,62	77,79	4,95	28,92	51,32	72,14	20,31
Melgaço (PA)	0,207	31,03	45,86	5,51	39,70	50,31	80,91	14,65

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2017).



Julio 2019 - ISSN: 1989-4155

Embora em termos mundiais o Brasil seja classificado como um país de IDH e IDH educação elevados, por se tratar de um país de grandes dimensões territoriais observa-se, no entanto, uma grande disparidade em termos educacionais e sociais entre os municípios. Pela Tabela 4, por exemplo, nota-se que enquanto o município com o melhor IDHM educação do país apresentou valor de 0,825 em 2010, o município com o pior índice atingiu o valor de apenas 0,207. Além disto, os 10 municípios com os melhores IDHM educação do país estavam nas regiões Sul e Sudeste, enquanto os 10 municípios com os piores índices se concentraram na região Norte.

Comparativamente aos 10 municípios com os melhores IDHM educação, pequena é a proporção de crianças e jovens de 6 a 14 anos que não estavam atrasadas de acordo com a idade-série no ensino fundamental nos municípios com os piores IDHM educação. Nestes, a proporção dos jovens de 15 a 17 anos sem atraso idade-série no ensino médio, em 2010, apesar de ter sido, em sua maioria, superior à proporção referente ao ensino fundamental, ainda foi, com exceção de apenas dois municípios, a saber, Chaves (PA) e Itamarati (AM), inferior aos valores observados nos municípios com os melhores IDHM educação, conforme Tabela 4.

No que se refere à expectativa de anos de escolaridade também se observa uma discrepância muito grande entre os municípios, visto que a média desta variável nos municípios com os piores IDHM educação do país foi de 5,48 anos enquanto que nos municípios com os melhores índices a média foi de 10,96 anos, ou seja, quase o dobro dos primeiros.

Outra variável indicativa da péssima situação vivenciada pelos municípios com os piores IDHM educação é a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais, sendo que para este grupo de municípios a taxa é superior a 26,08 enquanto que nos municípios do primeiro grupo da Tabela 4, tal taxa, com exceção de Cruzália (SP) que obteve valor de 8,13, é inferior a 4,5.

Nos municípios com os piores IDHM educação do país também se observa, em 2010, um percentual elevado de crianças que moram em domicílios onde nenhum dos membros possui ensino fundamental completo, variável esta que alcançou 80,91% entre o grupo de municípios presentes na Tabela 4. Entre os dez municípios com os melhores IDHM educação, o percentual máximo atingido foi de apenas 18,12%.

No aspecto social se observa uma elevada proporção de crianças extremamente pobres nos municípios com os menores IDHM educação, proporção esta que variou, em 2010, de 35,54% (Bagre-PA) a 72,43% (Uiramutã-RR), com média de 53,82%. Nos municípios do primeiro grupo da Tabela 4, esta proporção foi inferior a 2,35, com média de apenas 1,01%, em 2010. Vale ressaltar que são consideradas extremamente pobres as crianças de até 14 anos de idade cuja renda domiciliar per capita seja igual ou inferior a R\$ 70 mensais (em reais de agosto de 2010), ou seja, em torno de R\$ 2,30 por dia.

A implementação de políticas públicas no Brasil, sejam elas direcionadas à educação ou à esfera social, portanto, tem que levar em consideração as grandes e distintas desigualdades existentes no país, tais como as explicitadas pelos dados analisados na presente pesquisa. Além disto, extritamente à área educacional vale destacar que nem a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e nem a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Brasileira (LDB) nº 9394/96 são

claras quanto ao padrão de qualidade que deve ser oferecido, como consta em seus artigos 206º e 2º, respectivamente. Ademais, elas não apresentam, objetivamente, quais são as prioridades e ações que devem ser realizadas para assegurar tal equidade (MELLO e BERTAGNA, 2016). Sendo assim, se faz necessário rever as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da educação, buscando compreender as disparidades regionais e socioeconômica brasileiras, visto que:

[...] nossa sociedade produz tamanha desigualdade social que as instituições que nela funcionam, se nenhuma ação contrária for adotada, acabam por traduzir tais desigualdades como princípio e meio de seu funcionamento (Bourdieu & Passeron, 1975; Baudelot & Establet, 1986). Todos concordamos em que isso não é desejável, mas meras políticas de equidade apenas tendem a ocultar o problema central: a desigualdade socioeconômica. Não é sem razão que os melhores desempenhos escolares estão nas camadas com melhor nível socioeconômico, brancas (Cf. Miranda, 2006, entre outros estudos disponíveis). (FREITAS, 2007 p. 969).

3. Considerações Finais

Ainda que o IDH apresente limitações, tal como não ser capaz de descrever todos os aspectos do desenvolvimento, sua análise, conjuntamente a outras variáveis, é de suma importância para a orientação e planejamento de políticas públicas, bem como para a identificação das regiões com as maiores e mais urgentes necessidades de investimentos, o que pode ser realizado, por exemplo, por meio da análise do IDHM.

Assim como demonstrado na presente pesquisa, ainda que em termos globais o Brasil seja considerado um país de elevado desenvolvimento humano, à nível municipal, no entanto, foram observadas grandes disparidades, seja no valor do IDHM educação ou em variáveis como o percentual de crianças extremamente pobres. Ademais, pela evolução do IDH brasileiro e de suas dimensões observa-se ainda desigualdade de gênero e de cor no país.

Mesmo com a significativa melhora nos índices e indicadores brasileiros desde 1991, ainda há no país, municípios cuja taxa de analfabetismo supera 40% e onde a expectativa de anos de escolaridade é pouco acima de 4 anos, o que denota a necessidade de políticas direcionadas para estas cidades, que estão situadas em grande maioria nas regiões Norte e Nordeste.

Por fim, a diferença dos índices e indicadores dos dez municípios com os melhores e piores IDHM educação do país ainda é muito grande, evidenciando que o desenvolvimento não vem sendo gerado de forma equitativa, apesar dos avanços recentes.

Referências

- FURTADO, C. (2004). Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 4 (96), outubro-dezembro, p.483-486.
- FREITAS, L. C. (2007) Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol.28, n.100, out. 2007, p. 965-987.
- LOUETTE, A. (2007). Indicadores de nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade. *Gestão do conhecimento*. São Paulo: Willis Harman House - WHH. 114 p.
- MELLO, L.R.; BERTAGNA, R.H. (2016). Apontamentos iniciais sobre qualidade educacional: resultados do ideb e fatores socioeconômicos. – *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. 3, julho-setembro, p.1132-1148.
- PAULANI, M.L.; BRAGA, M.B. (2012) *A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia*. São Paulo: Saraiva.
- PNUD. (2013) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP.
- PNUD; IPEA e FJP (2016). *Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal: metodologia*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP. <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/metodologia.html>>. [Consulta em: 15 de agosto de 2017].
- PNUD; IPEA e FJP (2017). *Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal: base de dados*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP. <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. [Consulta em: 15 de Agosto de 2017].
- UNDP. (2016) United Nations Development Programme. *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone*. New York (USA): UNDP.